

Artigo 6-A

4.ª alter. à Lei 1-A/2020, de 19/3,

Introduzida pela Lei 16/2020, de 29/05

De acordo com o art.º **6-A, n.º 6, alínea b)**, introduzido pela Lei 16/2020, de 29 de maio, 4.ª alteração à Lei 1-A/2020, de 19/03:

“6 — Ficam suspensos no decurso do período de vigência do **regime excecional e transitório**:

b) Os **atos a realizar em sede de processo executivo** ~~ou de insolvência~~ relacionados com a **concretização de diligências de entrega judicial da casa de morada de família**”.

Práticas a adotar pelos Agentes de Execução

<p>Nas ações executivas hipotecárias</p> <p><u>Independentemente</u> de terem sido instauradas antes ou depois da entrada em vigor da 4 alter. à Lei 1-A/2020</p>
<p>com ou sem penhora do Imóvel hipotecado</p> <p>e</p> <p>sem citação do(s) executado(s) ainda</p>
<p>o Agente de Execução deverá deslocar-se ao imóvel</p> <p>para <u>constatar/certificar quem nele habita</u> naquele momento</p> <p>(e não sendo o executado, identificar o terceiro e averiguar a que título se encontra a residir no imóvel)</p>

Verificando se é ou não **casa de morada de família do executado**

*

Imóvel é casa de morada de família do executado	Imóvel Não é casa de morada de família do executado
<p>AE profere DECISÃO fundamentada</p> <p>Prosseguir EXECUÇÃO</p> <p>e SUSPENDER na fase da Entrega</p> <p>(após a venda)</p> <p>c/ BASE</p> <p>no seu Auto de Diligência</p> <p>(fundamentado e com todos os elementos úteis, identificando, caso necessário, os terceiros que foram por si ouvidos)</p> <p>+</p> <p>Revogação tácita do art.º 8, al. e), pelo art.º 6-A, n.º 6, b)</p>	<p>AE profere DECISÃO fundamentada</p> <p>Prosseguir EXECUÇÃO</p> <p>(aqui não suspende a entrega)</p> <p>c/ BASE</p> <p>no seu Auto de Diligência</p> <p>(fundamentado e com todos os elementos úteis, identificando, caso necessário, os terceiros que foram por si ouvidos)</p> <p>+</p> <p>Revogação tácita do art.º 8, al. e), pelo art.º 6-A, n.º 6, b)</p>
<p>Penhora Imóvel (caso não esteja feita)</p> <p>seguida de <u>Citação do executado</u>, com cópia tb da DECISÃO do AE</p> <p>+ notifica a decisão ao exequente</p>	<p>Penhora Imóvel (se não tiver sido ainda feita)</p> <p>seguida de <u>Citação do executado</u>, com cópia tb da DECISÃO do AE</p> <p>+ notifica a decisão ao exequente</p>

*

Exequente(s) + Executado(s)
podem
impugnar tal Decisão para o juiz
(cfr. art.º 723, n.º 1, al. c), CPC)

*

E o executado também tem a possibilidade,
através de requerimento dirigido ao **juiz**

com base no **ART.º 6-A, n.º 7**

de pedir a SUSPENSÃO da **venda** ou da **entrega do imóvel vendido**

**

Nas ações executivas hipotecárias
Independentemente de terem sido instauradas antes ou depois
da entrada em vigor da 4 alter. à Lei 1-A/2020

com penhora do Imóvel hipotecado
e
com citação do(s) executado(s)



Procedimentos anteriores repetem-se

MAS

Decisão do AE é agora **NOTIFICADA** ao(s) exequente(s) e executado(s)
para eventual impugnação – cfr. art.º 723, n.º 1, al. c), CPC

**

Nos termos do art.º **6-A, n.º 6, alínea c)**, introduzido pela Lei 16/2020, de 29 de maio, 4.ª alteração à Lei 1-A/2020, de 19/03:

“c) As ações de despejo, os procedimentos especiais de despejo e os processos **para entrega de coisa imóvel arrendada**, quando o arrendatário, por força da decisão judicial final a proferir, possa ser colocado em situação de fragilidade por falta de habitação própria ou por outra razão social imperiosa;”.

Nas ações executivas

para

entrega de Imóvel arrendado

sem entrega concretizada

o Agente de Execução deverá deslocar-se ao imóvel arrendado
para **constatar/certificar se a ENTREGA do imóvel arrendado** irá causar
situação de fragilidade do executado

devido a falta de habitação própria ou por outra razão social imperiosa

*

**

*

**

*

Se entrega causar fragilidade do executado	Se entrega <u>não causar</u> fragilidade do executado
AE profere DECISÃO fundamentada a SUSPENDER a EXECUÇÃO c/ BASE no seu Auto de Diligência (fundamentado e com todos os elementos úteis, identificando, caso necessário, os terceiros que foram por si ouvidos)	AE profere DECISÃO fundamentada para ENTREGA do imóvel arrendado c/ BASE no seu Auto de Diligência (fundamentado e com todos os elementos úteis, identificando, caso necessário, os terceiros que foram por si ouvidos)
<u>notifica a decisão</u> ao(s) exequente(s) e executado(s)	<u>notifica a decisão</u> ao(s) exequente(s) e executado(s)

podem
impugnar tal Decisão para o juiz
(cfr. art.º 723, n.º 1, al. c), CPC)

**

*

**

Por fim, o **art.º 6-A, n.º 7**, estabelece que:

*“Nos casos em que os atos a realizar em sede de processo executivo ~~ou de insolvência~~ referentes a **vendas e entregas judiciais de imóveis** sejam suscetíveis de **causar prejuízo à subsistência do executado** ~~ou do declarado insolvente~~, este pode requerer a suspensão da sua prática, desde que essa **suspensão** não cause prejuízo grave à subsistência do exequente ou um prejuízo irreparável, devendo o tribunal decidir o incidente no prazo de 10 dias, ouvidas as partes.”.*

Este **incidente novo**, tramitado nos autos executivos, é iniciado através de **requerimento do executado** dirigido ao juiz.

De seguida, o Agente de Execução remeterá o requerimento ao juiz, que o decidirá, depois de ouvidas as partes (com base ainda em eventual prova documental), no prazo de 10 dias.

EXECUTADO

EXEQUENTE

<ul style="list-style-type: none">- apresenta requerimento- alega e demonstra FACTOS suscetíveis de causar prejuízo à sua subsistência	<ul style="list-style-type: none">- deduz resposta ao requerimento do executado;- invoca e atesta que a suspensão pedida lhe irá causar prejuízo grave à sua subsistência ou um prejuízo irreparável
---	---

Mónica Bastos Dias

Junho de 2020

Juíza de Direito

no Juízo de Execução de Soure, da Comarca de Coimbra